

TAL PAI, QUAL FILHO? NARRATIVAS HISTÓRICO-LITERÁRIAS DA IDENTIDADE NACIONAL

Edgar Salvadori de Decca

Resumo

O artigo procura analisar os modos de enredo elaborados pela historiografia e pela literatura brasileira a partir do século XIX, tomando como referência a figura do pai. A figura paterna torna-se central na elaboração dos processos de identidade nacional, que se traduzem por meio do texto literário de cunho historiográfico ou ficcional. Nesse sentido, procura-se perceber o modo como se constitui uma memória através dos textos, que através da metáfora paterna elaboram a idéia de uma identidade nacional.

Palavras-chave

História; ficção; identidade; memória.

Abstract

The article aims to analyze the plot modes elaborated by historiography and by the Brazilian literature from the 19th century onwards, based on the figure of the father. The paternal figure becomes central in the development of the national identity processes, which are translated by means of the literary text of historiographic or fictional nature. In this sense, the study tries to perceive how memory is constructed through the texts, which, by means of the paternal metaphor, elaborate the idea of a national identity.

Key-words

History; fiction; identity; memory.

**Decreto de 22 de abril de 1821, estabelecendo a Regência do Brasil
na Pessoa do Príncipe Real do Reino Unido.**

Hei por bem e Me Praz encarregar o governo geral, e inteira administração de todo o Reino do Brasil, ao Meu muito Amado e Prezado Filho, Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, constituindo-o Regente e Meu Lugar-Tenente, para que com tão preeminente título, e segundo as instruções, que acompanham a este decreto, e vão por mim assinadas, governe em Minha ausência, e enquanto pela Constituição se não estabelece outro sistema de regime, todo este Reino com sabedoria e amor dos povos. – Pelo alto conceito que Formo da sua prudência e mais virtudes, Vou certo, de que nas coisas do governo, firmando a pública segurança e tranqüilidade, promovendo a prosperidade geral, e correspondendo por todos os modos às Minhas esperanças, se haverá como bom príncipe, amigo e pai destes povos, cuja saudosa memória Levo profundamente gravada no Meu Coração, e de quem também Espero que, pela sua obediência às leis, sujeição e respeito às autoridades, Me recompensarão do grande sacrifício que faço separando-Me de Meu Filho Primogênito, Meu Herdeiro e Sucessor do Trono, para lhes deixar como em penhor do apreço que deles Faço. O mesmo Príncipe O tenha assim entendido, e executará, mandando expedir as necessárias participações. Palácio da Boa Vista, em 22 de abril de 1821.

Carta de Despedida de D. Pedro I ao seu filho D. Pedro II (12 de abril de 1831)

Meu querido filho, e meu imperador, Muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal pude ler pois que as lágrimas eram tantas que me impediam a ver; agora que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua, e para certificar-lhe que enquanto vida tiver as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria, e amigos, não pode haver maior sacrifício, mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua mãe, e a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidares na sua educação, e conte que o mundo o há de admirar, e que me hei de encher de ufânias por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue, e que Deus permita, e que possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus meu amado filho, receba a benção de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver.

Não é fácil encontrar um modo apropriado de definir o que é identidade, principalmente quando se tem como pretensão traçar seu esboço a partir das narrativas históricas e da literatura. Primeiramente, devo adiantar que há enormes problemas na definição do que é identidade, e as ciências humanas têm maneiras distintas de defini-la. Para algumas dessas ciências, a identidade é uma dimensão da consciência e diz respeito ao sistema de valores que compõem a personalidade individual ou coletiva. Isso é bem diferente, por exemplo, da definição psicanalítica, que coloca a identidade na esfera do inconsciente (isto é, os processos de identificação, que são ações subjetivas e não, digamos, atribuições

postas ao sujeito externamente). Neste texto, meu objetivo será o de esclarecer as relações entre a história nacional e o sentimento de identidade coletiva, considerado pelo ângulo das ciências humanas.

Esse debate é muito atual, porque hoje, mais do que nunca, ouvimos falar da necessidade de cada grupo encontrar sua própria identidade e marcar as diferenças com relação a outros. A obsessão atual é tão grande, que se torna quase impossível encontrar um denominador comum para os mais diversos grupos humanos. Nesse sentido, basta, hoje em dia, a afirmação de um estilo de vida adotado por um grupo de pessoas para que se procure reforçar o princípio da diferença. Evidentemente, a afirmação dessas diferenças não tem nada que indique um valor essencial que distingue um grupo de outro. Em outras palavras, que, se não me engano, li em um texto do antropólogo Otávio Velho, todas essas tentativas de diferenciação apontam “para a idéia de uma escassez de valores, convicções e compromissos”.

Seria importante, para uma discussão sobre a identidade nacional, avaliarmos como se produziu o discurso fundador dessa mesma identidade. Tomaremos como referência uma citação absolutamente pertinente do escritor mexicano Octavio Paz, a propósito da questão da identidade nacional e do seu discurso fundador. Segundo esse escritor,

Antes de ter existência histórica própria, começamos por ser uma idéia européia. (...) a Europa é o fruto, de certo modo involuntário, da história européia, enquanto nós somos sua criação premeditada. Durante muitos séculos os europeus ignoraram que eram europeus e só quando a Europa tomou-se uma realidade histórica que saltava aos olhos, deram-se conta de que pertenciam a algo mais vasto do que sua cidade natal. E ainda hoje não é muito certo que os europeus sintam-se europeus: sabem disso, mas sabê-lo é algo muito diferente de senti-lo. Na Europa a realidade precedeu o nome. América, pelo contrário, começou por ser uma idéia. Vitória do nominalismo: o nome engendrou a realidade. (...) O nome que nos deram nos condenou a ser um mundo novo. Terra de eleição do futuro: antes de ser, a América já sabia como iria ser. Mal se transplantou para nossas terras o emigrante europeu já perdia sua realidade histórica: deixava de ter passado e convertia-se num projétil do futuro. (...) Um ser que não tem passado, que não tem mais do que futuro, é um ser de pouca realidade. Americanos: homens de pouca realidade, homens de pouco peso. Nosso nome nos condenava a ser o projeto histórico de uma consciência alheia: a européia.¹

Tendo como inspiração o escritor mexicano Octávio Paz, vamos analisar do ponto de vista histórico a questão da identidade nacional. Sem dúvida alguma, é procedente o argumento de que somos uma projeção de uma utopia européia. Desde o princípio, o europeu acreditou ter descoberto nas terras americanas o paraíso terreal onde seria possível construir um mundo distinto daquele vivido por eles. Essa fantasia européia, tão bem estudada por Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*,² estaria, portanto, encobrendo um

mandato utópico, pelo qual passou a tomar forma a colonização americana. Isso mesmo, um mandato utópico que o europeu imputou a todos aqueles que pretenderam viver em terras colonizadas americanas. Nesse sentido, nada mais pertinente do que o comentário de Paz, uma vez que a representação da realidade americana passou a se construir como contraponto a uma fantasia européia. Ao observarmos a construção da história brasileira e de suas narrativas literárias, veremos que ora a identidade nacional passa pelo busca dessa utopia projetada pelos europeus, ora por uma negação. De qualquer maneira é importante percebermos de que modo a representação da realidade nacional na historiografia e na literatura está marcada por esse mandato utópico.³

Essa referência ao modo como a América se vê medida pelos europeus tem um ponto de apoio bastante significativo no tocante à historiografia brasileira.⁴ Dentre aqueles que constantemente buscam as suas origens, existe o desconforto de descobrir que o Brasil como objeto de história é obra originalmente de ingleses, como observou, dentre outros, o ensaísta Wilson Martins:

Os que primeiro parecem havê-lo percebido foram justamente os “generosos ingleses”: a *História do Brasil*, de Andrew Grant, saiu nas oficinas de Henry Colburn, em Londres, no ano de 1809, logo seguida dos *Travels in Brazil*, de Henry Koster, em 1817, das *Notes on Rio de Janeiro and the Southern parts of Brazil*, de John Luccock, em 1820, e, em 1821, do livro de James Henderson, curiosamente intitulado *A History of the Brazil, comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, etc.*, etc. Diga-se de passagem que são algo exageradas as acusações que se fazem contra este último de haver plagiado o Pe. Aires de Casal. Na introdução ao volume, Henderson reconhece expressamente dever “copiosas informações” ao historiador português, cuja exatidão louva sem reservas. Sua finalidade, como a de Andrew Grant, era oferecer, juntamente com a descrição geográfica do país, a narrativa dos acontecimentos mais importantes que ali haviam ocorrido desde o descobrimento, além de uma apreciação das maneiras, costumes, religião, etc., dos “nativos e coloniais”, tudo isso entremeado de observações sobre a natureza do solo, clima, produtos, comércio exterior e interno, mais diversas advertências aos novos povoadores para a preservação da saúde.⁵

Antes de desenvolvermos o tema, lembrariamos também o conhecido ensaio de Varnhagen, datado do século XIX, onde ele considera a América um continente despido de interesse poético para os olhos e sentimentos europeus, uma vez que a poesia portuguesa pouco vicejou por estas bandas, indo florescer nas suas andanças pela Ásia e pela África. Nestas terras, projetar-se-iam utopias, mas não poesias:

Mas, apesar desse polimento da língua e literatura portuguesa, na época em que se colonizava o Brasil, como se as letras se encolhessem com medo do Atlântico, não passam elas com os novos colonos. Não era no Brasil que os ambiciosos de glória tratavam de buscar louros para

colher, pois que essa ambição elevada se satisfazia melhor na África ou na Ásia. Ao Brasil, ia-se [sic] buscar cabedais, fazer fortuna; e as miras do literato alcançam mais alto, não é aos gozos, nem mesmo às glórias terrenas a que aspira: é à glória imortal.

Os troncos colonizadores não trazem, pois, da árvore-mãe seiva poética bastante para produzirem frutos com ajuda do clima e da terra. A atividade intelectual que emigrava da metrópole nem bastava toda para se estender pelos Algarves d'Além e pela Índia, onde feitos heróicos se passavam. Os acontecimentos, que na Ásia e na África se representavam, eram eternizados em versos por um Camões, um Corte-Real, um Vasco Mousinho; e em prosa por um Gaspar Corrêa, um Castanheda e um Barros. A única obra que nesse primeiro século se escreveu com mais extensão sobre o Brasil, só ultimamente se imprimiu: referimo-nos à do colono Gabriel Soares, cujo trabalho, feito em 1587, foi o fruto da observação e residência de dezessete anos na Bahia; tantos como como passara na Pérsia o naturalista Ctésias, que foi quem primeiro fez conhecer aos gregos as riquezas naturais da Ásia. Ao Brasil não passavam poetas; é, pois, necessário esperar que ele se civilize e que os poetas aí nasçam e vigorem seus frutos. Os indígenas tinham um gênero de poesia que lhes servia para o canto; os seus poetas, prezados até pelos inimigos, eram os mesmos músicos ou cantores que em geral tinham boas vozes, mas eram demasiadamente monótonos; improvisavam motes com voltas, acabando estas no consoante dos mesmos motes. O improvisador, ou improvisadora, garganteava a cantiga e os mais respondiam com o fim do mote, bailando ao mesmo tempo e ao mesmo lugar em roda, ao som de tamborins e maracás. O assunto das cantigas era em geral as façanhas de seus antepassados; e arremedavam pássaros, cobras e outros animais, trovando tudo por comparações, etc.⁶

Assim, para os construtores do ideal nacional brasileiro, sempre estiveram em conflito a busca de identificação com a utopia pretendida pelo europeu e a construção de uma realidade que viesse a contrariar e se diferenciar dessa utopia. Psicanaliticamente falando, estaríamos diante do impasse de um filho que pode cumprir o mandato utópico do pai trocando o sobrenome de Europa para Brasil ou, por outro lado, negar o nome do pai e diferenciar-se pela construção de uma realidade negadora desse mesmo mandato. O momento originário desse quadro psicanalítico remonta ao início do século XIX, quando um pai entrega ao filho a incumbência de construção de uma utopia nacional que ele próprio pretendeu realizar. Estamos falando, evidentemente, do momento da vinda da família real portuguesa para a sua colônia, em 1808. Tal mandato utópico expresso em uma cena familiar constitui, até hoje, a representação histórica oficial da origem do Brasil, como nação independente. Uma família européia cujo pai sonha com um país novo, diferente daquele que eles abandonaram, espera também de seu filho a realização plena de seus ideais. Nessa lenda existem inúmeros ingredientes do quadro psicanalítico clássico. Uma mãe insatisfeita e que tem verdadeira rejeição à terra onde a utopia deveria ser construída, um pai bonachão que julga ter encontrado o lugar ideal para a realização de suas fantasias e um filho, um tanto deslocado de todo esse cenário. Evidentemente, esse filho receberia um mandato

do pai, um encargo, um fardo absolutamente monumental. De acordo com a lenda oficial, tampouco existia uma grande vontade de esse filho assumir tamanha responsabilidade. Não existe no filho a expressão categórica de um desejo de ficar numa nova terra e construir um sonho que era antes de tudo o de seu pai. Para o filho, mais fácil seria retornar para a Europa e permanecer europeu, sem ter que assumir tão enorme incumbência.

No entanto, sabemos, por essa lenda, tão apropriada aos ideais românticos do século passado, que o rei delega o mandato utópico ao filho e vai embora para a Europa, saudoso e triste, mas esperançoso de que o filho realizaria a sua obra incompleta. Por mais que o filho se empenhe em cumprir o mandato paterno, ainda assim as coisas aparecem muito difíceis. No entanto, a realização do sonho parece se concretizar na data símbolo de 7 de setembro de 1822, quando o Brasil se emancipa de Portugal. Isto é, a partir do próprio mandato paterno, o filho se emancipa e troca de nome. Tudo deveria correr de acordo com o mandato, inclusive a expectativa de que a Europa pudesse nos medir com as medidas que ela própria se julga e se avalia. Contudo, não é isto que ocorre. Nem do ponto de vista da Europa e tampouco sob a perspectiva do novo filho recém-emancipado das Américas. Por uma razão bastante óbvia, a Europa se recusa a medir o Brasil a partir de seus próprios parâmetros e valores, marcando com isso a diferença. Ao mesmo tempo, a nova nação, filha da Europa, por não se ver medida por ela, procura se diferenciar de duas maneiras. De um lado, falando exaustivamente de si, principalmente, de sua natureza, ressaltando nesse movimento tudo que é exótico.⁷ Por outro, distinguindo-se de sua referência paterna tradicional, isto é, de Portugal, indo buscar as suas novas referências numa Europa marcada pelos signos da modernidade, isto é, Paris.⁸

O movimento de identificação nacional, portanto, ao mesmo tempo em que realça o exótico da terra *brasílica*, o faz por meio de um código marcado pela modernidade parisiense. Entretanto, todo esse esforço de construir a identidade nacional, seja pela história, seja por intermédio da literatura, não encontraria no primeiro Pedro o seu símbolo mais representativo. Num certo sentido, esse Pedro, apesar de ter sido o responsável pelo proverbial grito de independência, acabou ficando no meio do caminho. Sua independência não durou muito e, muito sem jeito, deixa tudo de lado e, tomado pela saudade da casa paterna, retorna a Portugal. Essa lenda familiar de cunho profundamente romântico foi tecida pelos próprios atores e pela historiografia e literatura de época. Não devemos perder de vista que, mesmo com as recentes renovações do campo historiográfico, essa lenda familiar permanece inalterada, como se fosse impossível aos historiadores desmontar o mito romântico que ainda comanda a história do Brasil. Vejam-se, por exemplo, numa obra muito reconhecida nos anos 30 do século XX, a *História da Civilização Brasileira*, de Pedro Calmon, os comentários históricos da fundação da nacionalidade sob uma ótica

familiar e a descrição da figura de D. Pedro I: “Não se parecia com o pai em nenhuma das suas qualidades. D. Pedro saíra a mãe, nas paixões, na ambição e na intemperança(...). A D. Pedro a coroa do Brasil afigurava-se a suprema aventura, digna de seu espírito cavaleiresco (...)”.⁹ Essa obra, sem dúvida, é uma ressonância de obras anteriores que já haviam construído a narrativa da história nacional sob o manto da responsabilidade familiar. Uma das narrativas mais originais é sem dúvida a de Gonçalves de Magalhães, datada de 1836. Assim, narra o autor os acontecimentos da independência do Brasil, nos quais se mesclam os acontecimentos históricos do período das guerras napoleônicas na Europa com as desventuras de uma família de nobres portugueses. Esse texto é considerado em muitos aspectos o manifesto fundador de uma postura nacionalista da cultura brasileira, mas, contraditoriamente, faz uma explícita apologia à Revolução Francesa e reconhece que o Brasil é filho dessa mesma revolução:

Se compararmos o atual estado da civilização do Brasil com as das anteriores épocas, tão notável diferença encontraremos como se entre o fim do século passado e o nosso tempo presente ao menos um século medeara. Devido é isso a causas que ninguém ignora. Com a expiração do domínio português muito se desenvolveram as idéias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como Nação é filho dessa revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis.

O gigante da nossa idade mandou o justo com as suas baionetas até à extremidade da Península ibérica e o neto dos Afonsos, aterrorizado como um menino, temeu que o braço vitorioso do árbitro dos reis cair fizesse sobre sua cabeça o palácio dos seus avós. Ele foge e com ele toda a sua corte; deixam o natal país, atravessam o Oceano e trazem ao solo brasileiro o aspecto novo de um rei, e os restos de uma grandeza sem brilho. Eis aqui como o Brasil deixou de ser colônia e foi depois elevado à categoria de Reino Unido. Sem a revolução francesa, que tanto esclareceu os povos, esse passo tão cedo se não daria. Com esse fato abriu-se para o Brasil uma nova série de coisas favoráveis ao seu rápido desenvolvimento, tomando-se o Rio de Janeiro a sede da Monarquia. Aqui pára a primeira época da sua história. Começa a segunda, em que, colocado o Brasil em mais larga estrada, se apresta para conquistar a liberdade e a independência, conseqüências necessárias da civilização.

Os acontecimentos notáveis da história do Brasil se apresentam neste século como espécies de contrapancadas ou ecos dos grandes fastos modernos da Europa. O primeiro, como vimos, devido foi à Revolução Francesa; o segundo à promulgação da constituição em Portugal, que apressou o regresso do rei D. João VI a Lisboa, deixando entre nós o herdeiro do trono. O Brasil já não podia então viver debaixo da tutela de uma metrópole, que de suas riquezas se nutrira, e pretendia reduzi-lo ao antigo estado colonial. A independência política tornou-se necessária; todos a desejavam, e impossível fora sufocar o grito unânime dos corações brasileiros ávidos de liberdade e de progresso. E quem pode opor-se à marcha de um povo que conhece a sua força, e firma a sua vontade? A independência foi proclamada em 1822 e reconhecida três anos depois. A Providência mostrou mais tarde que tudo não estava feito! Coisas há que se não podem prever. Em 1830 caiu do trono da França o rei que o ocupava, e

no ano seguinte deu-se inesperadamente no Brasil análogo acontecimento! A coroa do Ipiranga que cingia a fronte do Príncipe português, reservado pela Providência para ir assinalar-se na terra pátria, passou à fronte de seu filho, o jovem Imperador, que fora ao nascer bafejado pelas auras americanas e pelo sol dos trópicos aquecido.¹⁰

Nessa declarada simpatia pelo modelo ilustrado da Revolução Francesa, Gonçalves de Magalhães narra a lenda fundadora do Brasil como resultado das desventuras de uma família real que teve que sair às pressas de sua terra natal e surpreendentemente aponta para uma interpretação histórica menos calcada pelas circunstâncias familiares. Na sua narrativa, percebemos como a constituição do Brasil se deu principalmente pelas circunstâncias históricas decorrentes da Revolução Francesa e da correlação de forças políticas europeias em virtude da política de Napoleão.¹¹

A busca da identidade nacional é um produto do século XIX e está marcada por esse profundo romantismo que acabou por transformar a história brasileira numa lenda de cunho familiar, na qual um mandato utópico é transmitido de pai para filho, alcançando finalmente o neto. Com esse filho, que por sua vez é um neto, finalmente, construir-se-á uma identidade nacional pautada por aquelas duas características já apontadas anteriormente, isto é, a necessidade obsessiva de falar de si mesmo, realçando a diferença pelo exótico e a representação do nacional pelos parâmetros da modernidade europeia parisiense e não paterna e portuguesa. O filho, dessa vez, não apenas muda o nome atribuído pelo pai, como também procura construir uma nova realidade que represente uma coisa diferente daquela originalmente projetada pela figura paterna. Nesse sentido, diante da visão paradisíaca projetada pelo pai, procura-se construir uma outra realidade, não menos fantástica, ressaltando os aspectos exóticos da natureza brasileira.

Quanto mais repetimos essa lenda, mais nos surpreendemos com ela, posto que ela é no seu conjunto uma querela de brancos e europeus, que deixaram de para trás o passado da Europa, no momento mesmo que chegaram em terras americanas. Isso quer dizer, em outras palavras, que o problema da identidade nacional nunca pôde ser posto por aqueles que ou aqui já estavam, ou que foram para cá trazidos, mediante uma atitude de força e violência. Tanto os habitantes naturais das Américas, os ameríndios, como a população negra, transplantada da África e escravizada, não poderiam ser portadores da idéia de identidade nacional, porque não foram considerados aptos para se emancipar. Com certeza, a representação romântica da identidade nacional partiu diretamente do índio para a construção da lenda fundadora do Brasil. Nesse sentido, tanto o discurso histórico como o literário atuaram no sentido de reforçar a idéia de uma origem da nação por meio de um contato fundador entre o elemento branco e o aborígene americano. A identidade nacional, no seu nascedouro, foi, portanto, um assunto de brancos europeus dispostos a abandonar o

seu passado em busca de uma terra utópica. Esse encontro original está muito bem resumido no romance responsável pela afirmação dessa lenda, *O Guarani*, de José de Alencar, em que o amor de um ameríndio por uma branca européia sela o encontro de duas raças para a constituição da nacionalidade. Sabemos o quanto somos obcecados pelo problema das origens.

Um outro exemplo marcante na historiografia é a data comemorativa do descobrimento do Brasil, que já há algum tempo vem ocupando o espaço da mídia e cuja fundação lendária se localiza num momento contemporâneo ao romance de José de Alencar. Primeiramente, seria conveniente perguntar quando é que foi criado e instituído esse marco simbólico das origens nacionais e da identidade coletiva. Levando-se em consideração os elementos simbólicos produzidos pelo discurso historiográfico, já vimos como a emancipação do Brasil de Portugal foi profundamente marcada pela questão da definição da identidade. Foi a partir desse momento que a identidade brasileira tornou-se um problema, ao qual se deveria, portanto, ter uma resposta externa e interna, marcando a diferença existente entre o Brasil e os outros países e culturas. Entretanto, como bem observou o já citado ensaísta Wilson Martins, a propósito das dificuldades em periodizar o Brasil como nação independente: “a *realidade nacional* é, contudo, um estado mental e sociológico que não se improvisa nem implanta imediatamente; é de sua natureza desdobrar-se sucessiva e gradativamente nas suas virtualidades específicas”.¹²

Dessa forma devemos desconstruir a lenda do descobrimento do Brasil, sem descaracterizá-lo, mas mostrando como ela faz parte de uma dimensão romanesca da história brasileira, tecida no momento em que uma elite européia transplantada aos trópicos procurou diferenciar-se dos seus elementos paternos, sem, contudo, negá-los, no sentido imperativo de um mandato utópico. O romance de Alencar carrega inúmeros elementos fundadores dessa identidade nacional em contraposição à européia, ainda que procure as medidas européias para a constituição dessa mesma identidade. Impressionante o modo como o autor nos conduz por cenários que, à primeira vista, confundimos com a Europa medieval, para em seguida desmanchar-se completamente. O crítico literário Alfredo Bosi muito apropriadamente observou o modo como José de Alencar delineia paisagens européias para, em seguida, destruí-las. Tomemos do crítico duas observações muito pertinentes:

O quadro de um Brasil-Colônia criado à imagem e semelhança de uma comunidade feudal aparece quase em estado puro n’*O Guarani* de Alencar. Mas a intuição do romancista foi além dos preconceitos do intérprete da nossa história; e o “quase” fez brechas tão largas no corpo do romance que o castelo de Dom Antonio de Mariz acabou em ruínas antes que a narração chegasse a seu termo.¹³

Ou, então, “O pacto com mercenários faz entrar uma realidade nova: o ganho, o dinheiro, instituto alheio à rede feudal de valores. A brecha, se bem pensada, teria ensinado Alencar que a colônia não repetia a Idade Média, mas abraçava uma sociedade já aberta, em interação freqüente com o mundo”.¹⁴ Essa lenda fundadora carrega, portanto, aquelas duas tendências já apontadas, a saber, o gosto pelo exótico e a criação da realidade por meio de padrões estéticos europeus. Mas esse romantismo exacerbado aponta ao mesmo tempo uma *mea culpa* da cultura branca européia para com os ameríndios, no modo mesmo como esse elemento é glorificado, tanto em nossa literatura romântica, como também pela historiografia oitocentista. Mais intrigante ainda é o contraste das ruínas, implícitas nesse livro, que constrói a lenda fundadora da nacionalidade. Ao lado de um cenário de contornos europeus que antes do final da narração, já está em ruínas, levanta-se a imagem majestosa do ameríndio Peri, glorificado nessa lenda. Entretanto, esse índio, apesar de ser o portador da seiva original da nacionalidade, tem também a sua cultura em estado de ruína, desde aqueles tempos vividos por José de Alencar. Assinalaríamos, nesse ponto, o modo como vai se construindo uma tradição nacional a partir da figura do indígena, absolutamente degradado e destruído cultural e materialmente falando. No entanto, essa majestade é o elemento exótico mais importante de uma literatura que se pretende fundadora da nacionalidade. Nessa representação literária da realidade, o índio afigura-se ao mesmo tempo como tradição e como elo majestoso para uma modernidade a se instaurar distanciada da antiga identidade paterna, isto é, de Portugal.¹⁵ Os padrões estéticos parisienses que acabaram moldando as representações literárias e historiográficas brasileiras funcionam como contrapontos à tradição lusitana. O cenário da cultura colonial portuguesa é de ruínas. Se essas ruínas ainda não estão muito expostas em romances como os de José de Alencar, elas não tardariam a aparecer como o cenário de um tempo regressivo da história, em obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

A propósito, uma vez que mencionamos, acima, Euclides da Cunha, retomemo-lo novamente, como digno representante dos ideais republicanos finisseculares. Nunca um ideal político foi tão carregado de conotações de rejeição ao pai do que aquele construído por homens e mulheres que lutaram pela implantação da República. Modelado pelo ideal republicano francês, o movimento político no Brasil apresentou, como uma de suas mais importantes bandeiras, a forte recusa à tradição colonial e portuguesa, construída ao longo de séculos de dominação colonial e monárquica. Construir a realidade, para esses homens que se projetaram no cenário intelectual e político do final do século XIX, representava, antes de tudo, distanciar-se da utopia paterna criada pelos laços familiares portugueses, exilando, inclusive, o mais alto representante daquele mandato utópico: o imperador Pedro II. Mas, mais importante ainda do que esse ato, revestido também de forte apelo

simbólico, foi a representação literária do Brasil, marcada não só pelo apelo ao exotismo, mas também por um forte realismo, capaz de denunciar o efeito de séculos de colonização. Nesse caso, falamos, é claro, de Euclides da Cunha, que talha o homem brasileiro não mais como um índio majestoso, mas como uma sub-raça e um subproduto de uma desastrosa projeção fantasiosa dos pais portugueses.

Não é muito penoso contrastarmos as obras de José de Alencar e Euclides da Cunha. Aliás, nas obras mencionadas desses dois autores, as representações do elemento fundador da nacionalidade são interessantíssimas, literariamente falando. Começemos por Alencar e vamos acompanhá-lo no aparecimento de Peri, no romance *O Guarani*:

A pequena cavalgata continuou a marcha através da picada, e aproximou-se de uma dessas clareiras das matas virgens, que se assemelham a grandes zimbórios de verdura.

Neste momento um rugido espantoso fez estremecer a floresta, e encheu a solidão com os ecos estridentes.

Os caminheiros empalideceram e olharam um para o outro; os cavaleiros engatilharam os arcabuzes e seguiram lentamente, lançando um olhar cauteloso pelos ramos das árvores (...) Quando a cavalgata chegou à margem da clareira, aí se passava uma cena curiosa.

Em pé, no meio do espaço que formava a grande abóbada de árvores, encostado a um velho tronco decepado pelo raio, via-se um índio na flor da idade.

Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamavam aimará, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates caía-lhe dos ombros até ao meio da perna, e desenhava o talhe delgado e esbelto como um junco selvagem.

Sobre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, cor do cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a frente: a pupila negra, móbil, cintilante, a boca forte mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência.

Tinha a cabeça cingida por uma fita de couro, à qual se prendiam do lado esquerdo duas plumas matizadas, que descrevendo uma longa espiral, vinham roçar com as pontas negras o pescoço flexível.

Era de alta estatura, tinha as mãos delicadas; a perna ágil e nervosa, ornada com uma axorca de frutos amarelos, apoiava-se sobre um pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida. Segurava o arco e as flechas com a mão direita caída, e com a esquerda mantinha verticalmente diante de si um longo forcado de pau enegrecido pelo fogo.

Perto dele estava atirada ao chão uma clavina tauxiada, uma pequena bolsa de couro que devia conter munições, e uma rica faca flamenga, cujo uso foi depois proibido em Portugal e no Brasil.

Nesse instante erguia a cabeça e fitava os olhos numa sebe de folhas que se elevava a vinte passos de distância, e se agitava imperceptivelmente.

Ali, por entre a folhagem, distinguiam-se as ondulações felinas de um dorso negro, brilhante, marchetado de pardo; às vezes viam-se brilhar na sombra dois raios vítreos e pálidos, que semelhavam os reflexos de alguma cristalização de rocha, ferida pela luz do sol.

Era uma onça enorme; de garras apoiadas sobre um grosso ramo de árvore, e pés suspensos no galho superior, encolhia o corpo, preparando o salto gigantesco.

Batia os flancos com a larga cauda, e movia a cabeça monstruosa, como procurando uma aberta entre a folhagem para arremessar o pulo: uma espécie de riso sardônico e feroz contraía-lhe as negras mandíbulas, e mostrava a linha de dentes amarelos; as ventas dilatadas aspiravam fortemente, e pareciam deleitar-se já com o odor do sangue da vítima.

O índio, sorrindo e indolentemente encostado ao tronco seco, não perdia um só desses movimentos, e esperava o inimigo com a calma e serenidade do homem que contempla uma cena agradável: apenas a fixidade do olhar revelava um pensamento de defesa.

Assim, durante um curto instante, a fera e o selvagem mediram-se mutuamente, com os olhos um do outro; depois o tigre agachou-se, e ia formar o salto quando a cavalgata apareceu na entrada da clareira.

Então o animal, lançando ao redor um olhar injetado de sangue, eriçou o pelo e ficou imóvel no mesmo lugar, hesitando se devia arriscar o ataque.

O índio, que ao movimento da onça acurvara ligeiramente os joelhos e apertara o forcado, endireitou-se de novo, sem deixar a sua posição, nem tirar os olhos do animal, viu a banda que parara à sua direita.¹⁶

Se essa imagem magnífica de um índio entrevista nas matas representa um importante símbolo do exotismo nacional oitocentista, a do sertanejo de Euclides é sem dúvida o seu grande contraste. Se a representação da realidade para José de Alencar passava por um padrão estético fortemente marcado pelo romantismo, muito em voga em círculos literários europeus, e reforçava a dimensão exótica da nacionalidade, em Euclides da Cunha um forte apelo realista produzirá uma representação altamente chocante do homem nacional. Dentro dessa perspectiva não é demasiado exagero buscarmos respaldo em Auerbach, em sua análise das origens da representação realista da realidade. Diz esse autor, a propósito do realismo oitocentista:

Fundamenta-se aqui o direito de tratar qualquer objeto, mesmo o mais baixo, de forma séria, isto é, a extrema mistura de estilos, simultaneamente com argumentos político-sociais e científicos. A atividade do romancista é comparada com a atividade científica, sendo que, com isto, indubitavelmente se pensa os métodos biológico-experimentais (...). O realismo devia abranger toda a realidade da cultura contemporânea, na qual, embora predominasse a burguesia, as massas já começavam a pressionar ameaçadoramente, à medida que se tornavam cada vez mais conscientes de sua função e do seu poder.¹⁷

Seguindo essa inspiração européia e, sobretudo, com pinceladas de um cientificismo próprio dos círculos intelectuais parisienses, Euclides da Cunha constrói a figura do sertanejo. O sertanejo, com sua face monstruosa e subumana, esse Hércules-Quasimodo, que se assemelha ao corcunda de Notre-Dame de Vitor Hugo, despido, evidentemente, dos ideais românticos, mostrará a face chocante da utopia paterna portuguesa, depositada, com todos

os seus elementos messiânicos-sebastianistas, por séculos, nos sertões da Bahia. Vamos acompanhar o autor em sua provocativa exposição do elemento fundador de nossa nacionalidade, o sertanejo, e observemos o seu sentimento de repulsa e de admiração pelo exótico. Ao contrário do índio Peri do romance de Alencar, esse sertanejo não tem a altivez, a postura e nem tampouco o controle dos instintos apropriado a um civilizado. Ele seria, mais reconhecidamente falando, a figura do vilão, em que transbordam os instintos que mimetizam a natureza hostil das terras ignotas. Ele é a outra margem da civilização. Estaria situado, nesse sentido, no avesso da ordem e por isso mesmo ele recusa peremptoriamente os signos da modernidade. Entretanto, apesar de toda essa vilania:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neuras-tênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gíngante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.

É o homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude.

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.

Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os por-menores da vida sertaneja – caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas.¹⁸

Observando um e outro texto, não seria completamente despropositado afirmar que *O Guarani*, de José de Alencar, tanto no que se refere à sua trama, como na idealização do índio e de sua conciliação com o português, é um romance histórico de conteúdo mítico que procura redimir todo o passado colonial português e repensar o mandato utópico do pai em bases novas. A palavra mais apropriada para essa situação familiar é a *conciliação* entre o índio e o português ou, metaforicamente falando, como seria apropriado falar, em se tratando das linhas de tradição da cultura portuguesa, a tão sonhada conciliação entre mouros e cristãos, que se apresentou impossível na batalha de Alcácer-Quibir, levando ao desaparecimento de D. Sebastião. Assim também, realizar-se-ia a conciliação entre pai e filho, na construção de uma nação que não seria resultante do cumprimento do mandato utópico do europeu, mas uma conciliação entre um passado a ser esquecido e um futuro apaziguador. Muito apropriadamente, uma crítica literária considerou que o romance de José de Alencar,

(...) quer voltar às origens e propor outro caminho. Quer apagar os sinais da luta pela terra, de devastação da natureza, de trilhas de tesouro, de extermínio do nativo, da prática do saque tão selvagem quanto os hábitos antropófagos de algumas tribos indígenas (...) narrando um passado heróico que caminha para o mito, ele quer cicatrizar as fendas abertas pelos conflitos e quer, como a palmeira deslizando, inaugurar o horizonte histórico.¹⁹

Nada disso podemos dizer do texto de Euclides da Cunha. Ao contrário de Alencar, ele foi um fiel e ferrenho defensor da República desde as primeiras horas. Ele, desde o princípio, pretendeu negar o pai e seu mandato utópico. Em *Os Sertões*, ele pretendeu mostrar como a realidade brasileira, fendida e dilacerada, era a própria marca do fracasso dos sonhos da colonização e da monarquia portuguesas. De tão assustadora realidade, sequer podemos imaginar como projetar uma utopia. Mas, de qualquer modo, mesmo sem utopia, acabamos nos descobrindo ao acordar do pesadelo do sonho imperial. Acabamos por descobrir a realidade brasileira, feia, distorcida, disforme, tão bem mimetizada na figura do sertanejo. Infelizmente, matando o pai e sua utopia, que criou uma realidade nacional assustadora, a nova República cumpriu também um papel abjeto. Isso porque a utopia paterna, projetando-se em terras americanas por alguns séculos, acabou por gerar filhos que carregaram consigo suas heranças. Antonio Conselheiro foi um deles e representou, em sua figura mística, todo o Brasil sertanejo. A nova República realizou, assim, o genocídio fundador da nova nacionalidade, ao exilar o pai monarca e massacrar os seus filhos.

A obra de Euclides da Cunha é altamente emblemática desse genocídio em nome da identidade. Foi a utopia do pai, “degenerada” na forma de messiânica, pela pregação em busca de um reino milenarista, que os excluídos da história escolheram para construir a sua identidade. Não tendo sido convidados para participar da nova fantasia que as elites políticas e culturais estavam elaborando para demarcar os valores de uma identidade nacional distanciada dos sonhos dos pais colonizadores, os excluídos encenaram um espetáculo, ao mesmo tempo, nostálgico, por trazer as roupagens do passado, com a representação do reino milenar liderado por Antonio Conselheiro, mas também colocando de forma categórica a marca da diferença social e cultural no cerne da identidade nacional. *Os Sertões* é talvez uma das maiores obras de nossa literatura por deixar expostas as feridas da diferença e da exclusão social e denunciar os crimes cometidos em nome da identidade nacional: “*Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo*”.

Euclides da Cunha, num certo sentido, poderia servir de ponte (com alusão metafórica) ao modernismo dos anos vinte, do qual Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, além de Paulo Prado, são dignos representantes. No prefácio de *Os Sertões*, Euclides, ao citar o historiador francês Taine, reconhece que a sua postura diante da história de Canudos seria a de um narrador sincero, a ponto de “sentir un barbare, parmi les barbares”, isto é, internalizar a dimensão selvagem, despindo as roupas e tirando a máscara do civilizado. Somente mediante tal desprendimento e despojamento poderia o autor narrar com sinceridade o crime cometido contra a nacionalidade. Talvez seja por isso que a sua narrativa esteja marcada por tão forte jogo de oposições entre os modelos civilizados de análise social e o desconforto de sentir um bárbaro entre os bárbaros, ao descobrir o homem sertanejo e o profeta Antonio Conselheiro.

A história como sátira realista?

Um momento, por favor. Estamos indo longe demais. Ao invés de nos apressarmos, por que não olhar de modo mais minucioso os vários momentos de reiteração dessa lenda nacional em cujo enredo o filho recebe do pai um mandato utópico? Relembrando o que já havia sido dito anteriormente, continuo me valendo do suporte psicanalítico de Octávio Souza, que, ao trabalhar com a utopia, dá uma atenção menor ao seu conteúdo manifesto, para se ater mais demoradamente no ato de sua enunciação. Nesse sentido, seria instigante espreitar os modos como a nossa literatura ficcional e científica reapresenta reiteradamente esse momento de enunciação utópica fundador da identidade nacional. Vimos que essa

lenda familiar se configurou nas primeiras décadas do século XIX, quando se colocou a questão da necessidade de criação de uma literatura e de uma história nacionais. Utilizamos o argumento de que essa lenda em nenhum outro lugar teve um acabamento mais refinado, tal como aquele que se sedimentou na historiografia oficial com a narrativa das transferências de mandato entre pais e filhos na consolidação do Brasil como país independente. Entretanto, quanto mais nos valemos da lenda oficial para reiterar esse ato familiar fundador da nacionalidade, ainda mais nos surpreendemos com a descoberta de que essa narrativa, pretensamente enunciadora da verdade histórica, mistura-se com *outras narrativas* de mesma moldagem, que, ao invés de explicitar uma representação da história, oficial, utilizam-se dessa lenda para tecer os fios de uma outra história transcorrida num universo opaco de relações sociais, ao mesmo tempo fazendo alusão metafórica à história oficial ao utilizar os moldes do drama familiar. Esse duplo movimento das narrativas de dramas familiares, se não de maneira plena, mas de modo muito sofisticado, já foi analisado por Antonio Candido, em seu famoso ensaio *Dialética da malandragem*, sobre a obra de Manuel Antonio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*. Trata-se de uma obra satírica e muito bem humorada, pouco comum em se tratando das obras de seu tempo. Houve exceções, é claro, inclusive se lembrarmos que a obra de Manuel Antonio nasce no momento em que começam a ganhar espaço na imprensa do Rio de Janeiro a sátira política e o teatro de Martins Pena, mas também as novelas de Joaquim Manuel de Macedo e a poesia de Laurindo Rabelo. Mas ainda permanece a impressão de que os homens daquele tempo, que vestiam os trajes do romantismo, não eram dotados de senso de humor. No entanto, há quem duvide da veracidade dessas imagens. Apenas para citarmos algum exemplo, em concordância com o espírito do Manuel Antonio de Almeida, lembramos que Alberto Rangel, historiador que reuniu as cartas de D. Pedro I à Marquesa dos Santos, já havia descoberto, que por volta de 1923, “anunciava-se a venda no Rio de Janeiro de *Cartas amorosas eternas de uma senhora... ao seu apaixonado*”. Podemos supor que esse gênero de literatura devia despertar curiosidade naquele tempo e, por decorrência, sugerir que ele é uma sátira dos amores de D. Pedro, assim como *As memórias* seriam também uma versão satírica das relações de pai e filho fundadoras da nacionalidade. Com isso poderemos supor de que maneira estariam sendo construídos os enredos da História do Brasil e sugerir que há uma interpenetração de estilos entre o ficcional e o historiográfico. Evidentemente, não cobraríamos de Manuel Antonio nenhuma pretensão realista, como já fizeram alguns críticos literários. Apenas percebemos o indício de uma forma de narrar a história, nesse contraponto de relação entre pai e filho. Há quem possa argumentar que esse modelo é antigo demais para servir de referência ao que estamos tratando, uma vez que ele resumiria a emblemática cena bíblica do Pai e do filho. Mas, não é disso que se

trata, pois no caso das *Memórias* não há nenhum sacrifício filial, nem tampouco isso ocorre na narrativa historiográfica nacional. Quando observamos os enredos dessa historiografia oitocentista em seu modo de construir a nacionalidade por transferências de responsabilidades e de papéis entre pais e filhos, consentimos então que ela não está absolutamente distante da história narrada por Manuel Antonio, cujo primeira frase é “Era no tempo do Rei...”. O enredo de toda a história da fundação da nação brasileira é profundamente satírico, desenvolvendo-se, inclusive, num tom de farsa, tal qual observamos no romance das *Memórias*. A propósito, mesmo a lenda do descobrimento, criada por esta historiografia oitocentista, com todos os mistérios da aventura da esquadra cabralina, está toda recheada de farsa, não comportando nela elementos trágicos e tampouco de epopéia, tal como Luis de Camões recitou em *Os Lusíadas*.

Aliás, o tom satírico, ainda hoje, parece ser o mais apropriado para o enredo da história do Brasil. Veja-se, por exemplo, o enorme sucesso dos livros do jornalista Eduardo Bueno sobre a lenda do descobrimento. Isso confirma a hipótese de que as *Memórias* são inauguradoras de um vertente galhofeira da historiografia e, por outro lado, aponta também de que modo a sátira se disfarça em drama numa historiografia cujo modelo de enredo são as trocas de papéis entre pais e filhos. Tal consideração obriga-nos a conceber a narrativa histórica como uma metáfora de longo alcance, assim como faz também o historiador Hayden White e nessa medida podemos aproximar o romance de Manuel Antonio da história narrada pelos historiadores.²⁰ Assim, a sátira de Antonio Manuel pode nos revelar muito acerca do modelo narrativo da historiografia brasileira. Não apenas porque a historiografia sobre a independência do Brasil ainda esteja marcada pela trama narrativa envolvendo pais e filhos, mas porque a problemática mesma da identidade nacional está contida ainda em uma metáfora de longo alcance, cuja expressão é a imagem de um pai meio omissos que abandona o filho. Nesse sentido, o Brasil é ainda, satiricamente falando, aquele sargento de milícias, criança meio órfã e meio abandonada por um pai bonachão e por uma mãe meio libertina, que mantém, mesmo assim, a expectativa de um dia ser reconhecido e medido pelos mesmos valores do universo cultural do pai. Por isso mesmo, toda a série de desventuras, andanças e travessuras de Leonardo filho terá como desfecho o seu ingresso no mundo de valores projetados, mas nem sempre respeitados, pelo pai.

O crítico literário Antonio Candido, em seu ensaio original sobre o romance de Manuel Antonio, faz uma análise muito pertinente das oscilações dos personagens entre os pólos sociais da ordem e da desordem, aplicando-se esse modelo tanto ao pai como ao filho. Segundo Candido, “Leonardo Pai, representante da ordem, desce a sucessivos círculos da desordem e volta em seguida a uma posição relativamente sancionada (...). A vida de Leonardo filho será igualmente uma oscilação entre os dois hemisférios, com maior

variedade de situações”.²¹ Não seria difícil de encontrar essas imagens de pai e filho satiricamente representadas pelo romance no imaginário social do Rio de Janeiro na época da presença da corte portuguesa no Brasil. A própria abertura do romance deixa patente as marcas desse imaginário, “era no tempo do rei...”, para em seguida fazer uma descrição de Leonardo Pataca que mais parece o retrato de d. João VI:

Chamavam assim a uma rotunda e gordíssima personagem de cabelos brancos e carão avermelhado, que era o decano da corporação, o mais antigo dos meirinhos que viviam nesse tempo. A velhice tinha-o tornado moleirão e pachorrento; com sua vagareza atrasava o negócio das partes (...).²²

De acordo com o gosto popular não seria difícil ao autor criar a identificação do leitor com um dos personagens centrais do romance, trabalhando ficcionalmente a fisionomia definitiva do Rei de Portugal que aportou por aqui. Assim como a família real portuguesa, Leonardo Pataca zarpar para o Brasil e em aventura amorosa durante a viagem apaixonou-se por uma Maria de hábitos sexuais pouco regrados, produzindo um rebento que seria criado como órfão de pai e de mãe. Tal e qual o futuro imperador D. Pedro II. Evidentemente, estamos tratando de uma metáfora de longo alcance que se projeta em um romance satírico e, desse modo, não estamos sugerindo simplesmente uma estreita simetria entre os eventos da época e o enredo de *Memórias*. O que se sugere aqui é a correspondência metafórica dos diversos enredos ficcionais e historiográficos, não sendo possível estabelecer as já desgastadas oposições entre a verdade história e a ficção literária.

Como estamos tratando de enredos envolvendo pais e filhos, não seria absurdo nenhum supor que as cenas iniciais da viagem de Leonardo Pataca para o Brasil poderiam se confundir também com os relatos de viagem da família real. Nada do que é apresentado a seguir, pelo narrador do romance, é estranho para o leitor das narrativas historiográficas, pois muitas delas fazem ecoar esses relatos satíricos sobre a vinda da família real para o Brasil:

Sua história tem pouca coisa de notável. Fora Leonardo albigibe em Lisboa, sua pátria; aborrecera-se porém do negócio, e viera ao Brasil. Aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançou o emprego de que o vemos empossado, e que exercia, como dissemos, desde tempos remotos. Mas viera com ele no mesmo navio, não sei fazer o quê, uma certa Maria da hortaliça, quitandeira das praças de Lisboa, salaia rechonchuda e bonita. O Leonardo, fazendo-se-lhe justiça, não era nesse tempo de sua mocidade mal-apegoado, e sobretudo era maganão. Ao sair do Tejo, estando a Maria encostada à borda do navio, o Leonardo fingiu que passava distraído por junto dela, e com o ferrado sapatão assentou-lhe uma valente pisadela no pé direito. A Maria, como se já esperasse por aquilo, sorriu-se como envergonhada do gracejo, e deu-lhe também em ar de disfarce um tremendo beliscão nas costas da mão esquerda. Era isto uma declaração em forma, segundo os usos da terra: levaram o resto do dia

de namoro cerrado; ao anoitecer passou-se a mesma cena de pisadela e beliscão, com a diferença de serem desta vez um pouco mais fortes; e no dia seguinte estavam os dois amantes tão extremos e familiares, que pareciam sê-lo de muitos anos.

Quando saltaram em terra começou a Maria a sentir certos enojos: foram os dois morar juntos: e daí a um mês manifestaram-se claramente os efeitos da pisadela e do beliscão; sete meses depois teve a Maria um filho, formidável menino de quase três palmos de comprido, gordo e vermelho, cabeludo, esperneador e chorão; o qual, logo depois que nasceu, mamou duas horas seguidas sem largar o peito. E este nascimento é certamente de tudo o que temos dito o que mais nos interessa, porque o menino de quem falamos é o herói desta história.²³

Nessa história cheia de surpresas que, originalmente, foi publicada em capítulos no jornal carioca *Correio da Manhã*, entre junho de 1852 e julho de 1853, aparece surpreendentemente a figura de um imperador menino alegoricamente representando a figura do Divino, em uma das festas mais populares do Rio de Janeiro, à época da publicação do romance. De repente, o menino Leonardo e o seu compadre encontram-se com o cortejo do Divino, e a narrativa anuncia premonitoriamente a figura que Leonardo iria representar no futuro. Entretanto, ao tratarmos da metáfora de longo alcance do pai e do filho, não podemos deixar de nos surpreender com a força imagética da narrativa de romance de Manuel Antonio. Assim, o menino quase órfão, Leonardo, encontra-se com o seu duplo, o menino imperador do Divino, e há nesse enredo uma alegoria do mandato utópico no qual o menino já está ocupando o lugar do pai, anunciando assim o rito da maioridade:

Era esse dia domingo do Espírito Santo. Como todos sabem, a festa do Espírito Santo é uma das festas prediletas do povo fluminense. Hoje mesmo que se vão perdendo certos hábitos, uns bons, outros maus, ainda essa festa é motivo de grande agitação; longe porém está o que agora se passa daquilo que se passava nos tempos a que temos feito remontar os leitores. A festa não começava no domingo marcado pela folhinha, começava muito antes, nove dias cremos, para que tivesse lugar as novenas. O primeiro anúncio da festa eram as Falias. Aquele que escreve estas Memórias ainda em sua infância teve ocasião de ver as Falias, porém foi já no seu último grau de decadência, e tanto que só as crianças como ele lhe davam atenção e achavam nelas prazer; os mais, se delas se ocupavam, era unicamente para lamentar a diferença que faziam das primitivas. O que dantes se passava, bem-encarado, não estava muito longe de merecer censura; porém era costume, e ninguém vá lá dizer a alguma velha desse tempo que aquilo devia ser por força muito feio, porque leva uma risada na cara, e ouve uma tremenda filípica contra as nossas festas de hoje.

Entretanto digamos sempre o que eram as Falias desse tempo, apesar de que os leitores o saberão pouco mais ou menos. Durante os 9 dias que precediam ao Espírito Santo, ou mesmo não sabemos se antes disso, saía pelas ruas da cidade um rancho de meninos, todos de 9 a 11 anos, caprichosamente vestidos à pastora: sapatos de cor-de-rosa, meias brancas, calção da cor do sapato, faixas à cintura, camisa branca de longos e caídos colarinhos, chapéus de palha de abas largas, ou forrados de seda, tudo isto enfeitado com grinaldas de flores, e com uma quantidade prodigiosa de laços de fita encarnada. Cada um destes meninos levava um instrumento pastoril

em que tocavam, pandeiro, machete e tamboril. Caminhavam formando um quadrado, no meio do qual ia o chamado imperador do Divino, acompanhados por uma música de barbeiros, e precedidos e cercados por uma chusma de irmãos de opa levando bandeiras encarnadas e outros emblemas, os quais tiravam esmolas enquanto eles cantavam e tocavam.

O imperador, como dissemos, ia no meio: ordinariamente era um menino mais pequeno que os outros, vestido de casaca de veludo verde, calção de igual fazenda e cor, meias de seda, sapatos afivelados, chapéu de pasta, e um enorme e rutilante emblema do Espírito Santo ao peito: caminhava pausadamente e com ar grave.

Confessem os leitores se não era coisa deveras extravagante ver-se um imperador vestido de veludo e seda, percorrendo as ruas cercado por um rancho de pastores, ao toque de pandeiro e machete.(...)

Eis aí o que era a Folia, eis aí o que o compadre e o afillhado encontraram no caminho.²⁴

Outros historiadores que se dedicaram aos estudos das festas populares também fazem alusões ao modo como a festa do imperador do Divino serviu de referência narrativa e alegórica da organização do poder no Brasil monárquico. A historiadora Martha Abreu, pesquisando essa festa popular, também pondera que:

Num diferente sentido, este visível predomínio de meninos imperadores permite que se retome outra importante questão. Deve ser observada e refrisada a existência de uma corte do Divino, presidida por um imperador menino, no seio da capital do jovem Império do Brasil, onde os herdeiros ao trono verdadeiro também eram crianças, nascidas brasileiras. Pelos relatos de Ewbank e de Manoel Antônio de Almeida, ambos de meados do século, é possível encontrar indícios do uso de símbolos do poder monárquico no Brasil por parte do imperador do Divino e desconfiar de uma especial aproximação entre os dois imperadores para além do uso dos tradicionais cetro, coroa, espadim e do próprio significado da palavra imperador – alguém que possui autoridade e autonomia sob uma jurisdição, como seria o caso do imperador do Divino na época das festas.²⁵

Pois bem, embora as narrativas históricas aparentem ser mais taciturnas e mais sérias, ainda assim o enredo dessa história de pais e filhos que deu origem ao Brasil independente e amplificou essa metáfora em longo alcance não consegue se revestir de um tom dramático. A comédia e a ironia perpassam os textos dos diversos autores, e muitas das querelas historiográficas nacionais estiveram marcadas pelas polêmicas quanto a supostas falas dos personagens históricos. A mais conhecida delas é a famosa polêmica do mandato do pai ao filho no momento em que, segundo todas as narrativas, muito a contragosto, o rei tinha que voltar para Portugal. Segundo o historiador F. A. Varnhagen, assim falou o pai para o filho, o príncipe D. Pedro, em seu quarto de dormir e não a bordo do navio prestes a zarpar: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para alguns desses aventureiros”.²⁶ As narrativas mais conhecidas, entretanto, não fizeram jus

ao esforço de Varnhagem no estabelecimento da verdadeira frase pronunciada e, assim, ficou muito mais conhecida aquela divulgada pelo Visconde de Cairú, em que em que o rei diz para o filho: “Pedro, ponha a Coroa sobre tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela”. Comparando ambas as citações, há na primeira frase um mandato mais categórico e também uma indisfarçável expectativa de que o filho deve honrar, acima de tudo e sobre todas as coisas, o nome do pai. Mais interessante ainda é que a frase considerada verdadeira só foi conhecida a partir do testemunho e da lembrança do próprio filho, como se houvesse o medo latente de o pai esquecê-lo para sempre ou não reconhecer na obra do próprio filho a extensão da sua.

Decifrando a cena original

Mas, ainda cabe perguntar, depois de examinarmos os enredos da historiografia e da literatura, o que se esconde por detrás da cena original fundadora da nacionalidade. Acredito que ninguém melhor do que Sérgio Buarque de Holanda para nos conduzir na decifração desse mistério. Afinal, quais seriam os traços da psicologia social do brasileiro, que, ao procurar se diferenciar do europeu, perde de vista o seu próprio passado, que não é outra coisa do que o próprio europeu procurando ser outra coisa, diferente daquela que lhe estava reservada na Europa. Qual a imagem que devemos buscar de nós mesmos, quando somos o sonho de um outro que recusou o destino que lhe haviam traçado? Para Sergio Buarque, somos filhos de europeus errantes, que recusaram as identidades que lhes foram impostas e partiram em busca de utopias em terras para além de “mares nunca dantes navegados”. Por isso mesmo, a sua obra original chama-se *Raízes do Brasil*, e o capítulo original, que se intitula “Fronteiras da Europa”, mostra-nos de que modo somos herdeiros de um mundo ibérico, que se encontra na porta de entrada da Europa e que por isso mesmo avança suas fronteiras para a África e para a América.

Desse modo, segundo Sérgio Buarque, o brasileiro estaria sempre voltado para fora de si, buscando uma identidade que não é outra coisa senão a projeção do sonho de um outro. Nesse movimento que o coloca para fora de si, o brasileiro se desdobra para ser reconhecido por um outro que é ele mesmo. Nesse jogo de criação de uma auto-imagem há uma busca obsessiva de diferenciação que, segundo o autor, resulta numa perda da referência de si. Por essa simulação repetitiva da diferença perante o outro, o tipo nacional se julgará sempre um desterrado em sua própria terra e, o que é mais grave, julgará que tudo em seu mundo e em sua cultura está fora de lugar, porque foi absorvido de um outro. Por isso mesmo, ele cultua a diferença pela diferença, sinal de um medo de se enxergar como

a continuidade de um outro europeu, que também não quis representar os papéis que lhe estavam reservados. Mas este culto do diferente não visa o confronto com o outro, nele se busca desesperadamente o reconhecimento do outro, como bem observou Octávio Paz.

O que se esconderia, portanto, atrás dessa encenação da diferença entre pai e filho seriam, enfim, as marcas da cordialidade. Ela constituir-se-ia no traço psicossocial mais representativo do brasileiro, em sua busca permanente de uma impossível identidade e do diferente pelo diferente. A cordialidade seria, portanto, o nosso enredo e a nossa trama histórica, e todos os produtos da cultura estariam marcados por ela. Nesse sentido, precisaríamos reavaliar os enredos historiográficos e literários segundo os padrões vigentes da cordialidade, para deciframos os códigos misteriosos da identidade nacional, seja na historiografia e na literatura de fundação dessa identidade, seja na historiografia e na literatura atuais.

Ainda são poucos os trabalhos que procuraram decifrar as marcas da cordialidade na literatura e na historiografia brasileiras. Aqueles que o fizeram, preferiram muito mais uma análise da ideologia a dos enredos propriamente ditos. Não há como deixar de lado, nesse caso, a crítica literária de Roberto Schwartz sobre a ideologia do favor na obra de Machado de Assis ou a análise de ideologia da cultura brasileira realizada por Carlos Guilherme Mota. Sem deixar de considerá-los momentos importantes de avaliação de crítica à cultura, o trabalho que está em desenvolvimento e cujos resultados estão aqui previamente apresentados, procura se distanciar da crítica ideológica. Sem dúvida, podemos encontrar na trajetória de nossas pesquisas autores como Flora Sussekind, que indiretamente inspirou o título do presente trabalho com o seu livro *Tal país, qual romance?*, ou então o trabalho muito promissor de crítica literária de João César de Castro Rocha, *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira* e, ainda, a pesquisa minuciosa realizada por Leopoldo M. Bernucci, publicada no livro *A imitação dos sentidos*, sobre a intertextualidade na obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Contudo, devemos reconhecer que essa investigação ainda está por se fazer no terreno da historiografia brasileira e isso, evidentemente, requer um enorme esforço de pesquisa bibliográfica e um diálogo cada vez mais intenso da história com a crítica literária.²⁷

Nessa travessia de muitos caminhos, provavelmente, vamos nos defrontar com o próprio julgamento de Sérgio Buarque, feito na década de 30 do século XX, segundo o qual a cordialidade estava com os seus dias contados e, que, logo, ela seria coisa do passado. Contudo, ela ainda não é.

*Artigo recebido em nov/01 e aprovado para publicação,
pelo Conselho Editorial, em dez/01*

Notas

¹ Paz, O. *Sígnos em rotação*. São Paulo, Perspectiva, 1990, p. 127.

² Buarque de Holanda, S. *Visões dos paraísos*. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1977.

³ Neste trabalho, tomo emprestado o conceito psicanalítico de mandato utópico, muito bem desenvolvido por Octávio Souza em seu instigante livro, *Fantasia de Brasil*, São Paulo, Escuta, 1994. Nele, o autor realiza uma análise psicanalítica dos discursos sobre a identidade nacional, desvendando os processos de identificação numa variada literatura ficcional e científica produtora de fantasias de Brasil. Para tanto, utiliza-se do arsenal psicanalítico para definir a utopia, não como um estado ideal a ser atingido, mas como um processo de enunciação. No livro, a enunciação tem maior importância do que os enunciados veiculados. “Estes podem até mesmo ser nitidamente contraditórios, porque aqueles mesmos que os emitem não têm uma idéia muito precisa sobre como querem que as coisas mudem, só sabem que querem que mudem, e que será muito melhor quando mudarem. Além disso, têm esses enunciados, antes natureza de uma ordem imperativa do que de uma ordem prescritiva. ‘Faça melhor!’, ‘Faça diferente!’, ou, o que é ainda pior, apenas ‘Faça!’, e não ‘Faça assim, assim e assado’...”

⁴ Devemos lembrar também que esse ponto foi muito criticado pelos historiadores portugueses no ano de comemoração do 5º Centenário do Descobrimento. Abrindo um pequeno parêntese, gostaria de mencionar alguns comentários de historiadores portugueses a propósito das comemorações dos 500 anos, que vêm a calhar no contexto de nossa discussão sobre a identidade nacional e as reações de pai e filho. Destacamos alguns comentários muito irônicos, como, por exemplo, o de Romero Magalhães sobre os protestos contra as comemorações dos 500 anos que estavam ocorrendo aqui no Brasil: “Não há o que desculpar. Todas as colonizações são más, mas daquela resultou algo extraordinário que se chama Brasil. E os protestos dizem respeito ao Brasil atual, não à colonização portuguesa. O que nós, portugueses, temos com os sem-terra? Que a estrutura fundiária decorre da colonização, tudo bem. Mas em 180 anos de independência já se poderia ter resolvido isso.” Ainda mais crítico parece-me o diretor do Museu Nacional de Etnologia de Portugal, ao afirmar que o brasileiro tem um “complexo de ex-colonizado”, tendo com isso ocorrido um “esvaziamento das comemorações. O Brasil adquiriu uma dimensão tal que já teria tido meio de se libertar deste complexo”. Demonstrando, afinal, que ainda permanece um pai bravo, conclui o historiador português, “O que temos procurado é sair da retórica, da conversa fiada, para fazer coisas concretas. O Brasil é prioridade da política externa portuguesa. Ou não nos empenháramos numa comemoração que, afinal, é dispendiosa” (*Folha de S. Paulo*, 14/4/2000).

⁵ Martins, W. *História da inteligência brasileira*, v. II. São Paulo, Cultrix, 1978, p. 38.

⁶ Varnhagen, F. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1847.

⁷ Não é muito diferente a opinião de Antonio Candido, em *Literatura, espelho de América? Remate de Males*, Revista do Departamento de Teoria Literária, Campinas, Unicamp, 1999. Há uma aproximação muito grande entre o seu modo de perceber a literatura latino-americana e o de Octávio Paz. Para Candido, “na literatura da América Latina é muito difícil compatibilizar uma expressão de cunho universalista, associada a um discurso auto-referido, com a necessidade de exprimir os traços particulares característicos. De fato, por um lado elas pertencem ao universo lingüístico e ideológico do colonizador, e portanto acompanham tendências das literaturas do Ocidente. Mas, por outro lado, sofrem a pressão de uma realidade diferente, que parece exótica em face das matrizes. Nos países de velha urbanização, com populações bem integradas no padrão ocidental, o problema, ou não existe, ou se propõe de maneira completamente diversa”.

⁸ Esse deslocamento da referência cultural para Paris, como bem observou a crítica literária Ana Pizarro, “não tem a ver somente com uma ruptura com a metrópole de parte das colônias e ex-colônias, mas com o papel que passou a jogar a França como eixo da cultura européia e ocidental. Esse deslocamento significou uma forma de emancipação, uma busca de modelos válidos, que a evolução das estruturas da cultura e das sociedades do

continente não permitiam ainda assentar no mesmo, tarefa que só se levará ao cabo no século 19. A França se converterá assim no pólo de religação externo da cultura americana, ponto de encontro, referência, modelo aceito e rechaçado, tema e objeto de mistificação. A relação com a sua cultura faz emergir atitudes diversas e às vezes conflitivas”. Pizarro, A. (org.). *Palavra, literatura e cultura*, v. 2. Campinas, Editora da Unicamp, 1994, p. 29.

⁹ Calmon, P. *História da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1932, p. 190.

¹⁰ Magalhães, J. G. “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”. *Revista Nichteroy*, 1936.

¹¹ Há, hoje, alguns historiadores que procuram também desconstruir o mito de imperador, analisando o modo mesmo como ele foi construído, a partir das representações e práticas políticas e culturais dos agentes da época. Dentre eles, destacamos a obra imprescindível de Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990, que analisa com muita acuidade a constituição de um tempo histórico carregado de significados simbólicos e alegóricos resultantes dos embates políticos e dos conflitos sociais do período de constituição do Estado Imperial. Para o autor, “aqueles que teciam o que estamos denominando Tempo Saquarema, este ponto de união residia no ato de transferência da corte portuguesa do Velho para o Novo Mundo. E eles cuidaram de sublinhar a importância do elemento de união, recuperando um termo incomum e revelador: a Transmigração. Para o velho dicionarista Moraes, o termo transmigrar significava ‘passar a alma de um corpo para outro’ (...) Assim a Transmigração – elo entre a colônia e a Nação soberana – possibilitara tanto a igualdade quanto uma diferença, ao conduzir a um Império que se distinguiu pela ordem e pela civilização”. O Império do Brasil era igual às nações civilizadas, mas diferente das repúblicas surgidas na América espanhola (...). Um outro livro inovador sobre esse tema é o de Iara Liz S. Souza, *Pátria coroada*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998, em que a autora afirma que o livro “distancia-se da significação ideal e idealizada, da identidade primeira que coincidiria com um estado de perfeição perdido ou esquecido em sua forma imutável no fundo dos tempos, escamoteado pelo posterior. Não se pretende a veneração e o silêncio diante dos monumentos (...). Aponto para uma outra ordem do tempo, diferente daquele entronizado quase invariavelmente. Um tempo que permite interrogar o estabelecimento da identidade do Brasil num jogo de diferenças e na invenção de uma memória social” (p. 16).

¹² Martins, op. cit., p. 63.

¹³ Bosi, A. “Imagens do Romantismo no Brasil”. In: *O Romantismo*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 239.

¹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 241-242.

¹⁵ Entretanto, seria pertinente assinalar, também, o modo como é representado o índio Peri no romance de Alencar. Além de seu porte físico ser talhado segundo padrões estéticos europeus, ele representa o ideal de uma sociedade que pretende civilizar-se. Segundo Antonio Candido, “uma sociedade jovem, que procura disciplinar a irregularidade da sua seiva para se equiparar às velhas sociedades que lhe servem de modelo, desenvolve normalmente mecanismos de contensão, que aparecem em todos os setores. No campo jurídico, normas rígidas e impecavelmente formuladas, criando a aparência e a ilusão de uma ordem regular que não existe e que por isso mesmo constitui o alvo ideal. Em literatura, gosto acentuado pelos símbolos repressivos, que parecem domar a eclosão dos impulsos. É o que vemos em Peri, que se coíbe até negar as aspirações que poderiam realizá-lo como ser autônomo, numa renúncia que lhe permite construir em compensação um ser alienado, automático, identificado com os padrões ideais de civilização. Em *O Guarani*, a força do impulso vital, a naturalidade dos sentimentos, só ocorre como característica dos vilões ou sublimados, no quadro exuberante da natureza – isto é, as forças que devem ser dobradas pela civilização e a moral do conquistador (...)”. Candido, A. “Dialética da Malandragem”. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993, p. 49.

¹⁶ Alencar, J. de. *O Guarani*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951, pp. 21-22.

¹⁷ Auerbach, E. *Mimesis*. São Paulo, Perspectiva, 1990, pp. 446-447.

¹⁸ Cunha, E. da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 81.

¹⁹ De Marco, V. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas, Unicamp, monografia, 1993, pp. 90-91.

²⁰ Assim argumenta White: “(...) a narrativa histórica não *reproduz* os eventos que descreve; ela nos diz a direção em que devemos pensar acerca dos acontecimentos e carrega o nosso pensamento sobre os eventos de valências emocionais diferentes. A narrativa histórica não imagina as coisas que indica: ela *traz à mente* imagens das coisas que indica, tal como faz a metáfora. Quando um dado concurso de eventos é narrado no modo da ‘tragédia’, isto significa apenas que o historiador descreveu desta forma os eventos para *nos lembrar* aquela forma de ficção que associamos ao conceito de ‘trágico’. Corretamente entendidas, as histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que ‘comparam’ os acontecimentos nelas expostos a alguma forma que já estamos familiarizados em nossa cultura literária”. *Tópicos do Discurso*. São Paulo Edusp, 1994, p. 108.

²¹ Candido, A. “Dialética da malandragem”. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993, p. 38.

²² Almeida, M. A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro, Depto Nacional do Livro, 2000, p. 2.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 44-45.

²⁵ Abreu, M. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 63.

²⁶ O fato mais intrigante de toda a história da composição dessa narrativa é que o próprio D. Pedro I, em carta endereçada ao pai, datada de 19 de junho de 1822, registra a famosa frase do mandato paterno. Tal documento apareceu pela primeira vez no livro de Eugène Monglave, publicado em Paris, em 1827, com o título *Correspondance de D. Pèdre Premier, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roi de Portugal, D. Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil*. Nas páginas 197 e 198, em um tom indisfarçadamente romântico, o filho lembra ao pai aqueles agitados dias de despedida do Brasil: “*Je me rapelle encore et je me rappellerai toujours ce que Votre Majesté me dit dans son appartement, deux jour devant son départ: Pedro, si le Brésil doit se séparer du Portugal, que ce soit plutôt pour toi, qui sauras me respecter, que pour quelqu’un dès ces aventuriers*”.

²⁷ Alguns trabalhos de minha autoria já foram publicados como resultados parciais da pesquisa, financiada pelo CNPq, sobre os enredos históricos e literários. Dentre eles mencionamos: Deca, E. S. de. “O que é romance histórico?”. In: *Gêneros de fronteira*. São Paulo, Xamã, 1997; Quaresma, um relato de massacre republicano. *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1997; “Literatura, modernidade e história: o olhar estrangeiro sobre o mundo colonial”. In: *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998; “Teoria e métodos históricos em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Leituras cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.